

Material suplementar de: Coelho, N. R.; Gomes, A. da S.; Cassano, C. R. Como se paga pelo serviço ambiental hídrico? Uma revisão das experiências brasileiras. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, 56, 139-157, 2021. doi: 10.5380/dma.v56i0.74390

ANEXO

TABELA 3 – Experiências brasileiras de Pagamento por Serviços Ambientais Hídricos organizadas segundo palavras-chave de busca em bases de dados, localização por unidade federativa e referências bibliográficas consultadas.

Palavras-Chave	UF	Bibliografia Consultada
“Proambiente” “Programa de Desenvolvimento Socioambiental da Produção Familiar Rural”	AM	Ferreira Neto, P. S. Avaliação do Proambiente (Programa de Desenvolvimento Socioambiental da Produção Familiar Rural). <i>Brasília, Ministério do Meio Ambiente</i> , 2008.
		Amaral De Moraes, J. L. Pagamento por Serviços Ambientais (PSA) como Instrumento de Política de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais: O Projeto Protetor Das Águas de Vera Cruz, RS. <i>Sustainability in Debate/Sustentabilidade em Debate</i> , 3 (1), 2012.
		Superti, E.; Aubertin, C. Pagamentos por Serviços Ambientais na Amazônia: o desvio de um conceito–casos do Amapá e Acre. <i>Desenvolvimento e Meio Ambiente</i> , 35, 2015.
		Shiki, S.; Shiki, S. F. N. Os Desafios de uma Política Nacional de Pagamentos por Serviços Ambientais: lições a partir do caso do Proambiente. <i>Sustentabilidade em Debate</i> , 2 (1), 2011.
		Mattos, L.; Faleiro, A.; Pereira, C. Uma Proposta alternativa para o desenvolvimento da produção familiar rural da Amazônia: o caso do Proambiente. <i>Encontro Nacional da Sociedade Brasileira de Economia Ecológica</i> , 4, 2001.
“Conservador de Águas”	MG	Santos, R. F.; Vivan, J. L. Pagamento por Serviços Ecossistêmicos em perspectiva comparada: recomendações para tomada de decisão. <i>Brasília: Projeto Apoio aos Diálogos Setoriais UE-Brasil</i> , 2012.
		Lei Municipal nº 2.100 de 21 de dezembro de 2005 - Cria o Projeto Conservador das Águas, autoriza o executivo a prestar apoio financeiro aos proprietários rurais e dá outras providências.”
		Decreto Municipal nº 2.409 de 29 de dezembro de 2010 - Regulamenta a Lei nº 2.100/05 que cria o projeto conservador das águas, autoriza o executivo a prestar apoio financeiro aos proprietários rurais e dá outras providências.
		Prefeitura Municipal de Extrema. Projeto Conservador das Águas, 2016.
		Projeto Conservador das Águas Passo a Passo: Uma Descrição Didática sobre o Desenvolvimento da Primeira Experiência de Pagamento por uma Prefeitura Municipal no Brasil/ Adriana Kfouri e Fabiana Favero.- Brasília, DF: The Nature Conservancy do Brasil, 2011.
“Projeto de Recuperação de Matas Ciliares”	SP	Uehara, T. H. K.; Da Fonseca Casazza, E. <i>Avaliação da efetividade do projeto de recuperação de matas ciliares do estado de São Paulo: Uma contribuição ao desenvolvimento de instrumentos de políticas públicas para a conservação da biodiversidade</i> . SMA, 2011.
		Chabaribery, D. et al. Recuperação de matas ciliares: sistemas de formação de floresta nativa em propriedades familiares. <i>Informações Econômicas</i> , 38 (6), 07-20, 2008.

Tabela: (cont.)

Palavras-Chave	UF	Bibliografia Consultada
“Ecocrédito - Montes Claros”	MG	Lei Municipal Nº 3.545 de 12 de abril de 2006 - Estabelece política e normas para o ECOCRÉDITO no Município de Montes Claros, e dá outras providências.
		Decreto Municipal Nº 1.795, de 18 de outubro de 2007 - Regulamenta a Lei nº 4.069, de 13 de Junho de 2007 que estabelece a Política e Normas para o Crédito Ambiental do Município de Itabira – ECOCRÉDITO e dá outras providências.
		Silva, L. D. R. Pagamentos por serviços ambientais em municípios do estado de Minas Gerais: potencial de disseminação de projetos e programas de PSA. 2015.
“Ecocrédito – Itabira”	MG	Lei Municipal Nº 4.069, de 13 de junho de 2007 - Estabelece a política e normas para o Crédito Ambiental do Município de Itabira - ECOCRÉDITO e dá outras providências.
		Decreto Municipal Nº 1.795, de 18 de outubro de 2007 - Regulamenta a Lei nº 4.069, de 13 de Junho de 2007 que estabelece a Política e Normas para o Crédito Ambiental do Município de Itabira – ECOCRÉDITO e dá outras providências.
“Oásis São Paulo”	SP	Pagiola, S.; Von Glehn, H. Carrascosa; Taffarello, D. Experiências de pagamentos por serviços ambientais no Brasil. São Paulo: SMA/CBRN, p. 274, 2013.
		Bernardo, K. T. Avaliação da efetividade de esquemas de pagamentos por serviços ambientais hídricos: proposta metodológica. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.
		Lei Municipal Nº 14.933, de 5 de junho de 2009 - Institui a Política de Mudança do Clima no Município de São Paulo.
“SOS nascentes” “Programa de Gestão Ambiental da Região dos Mananciais”	SC	Termo Aditivo Nº 001/06 ao Convênio de Concessão Nº 115/2005 que celebram o Município de Caçador e a Companhia Catarinense de Águas e Saneamento – CASAN.
		Lei Municipal Nº 5712, de 19 de dezembro de 2006 - Dispõe sobre a Política Municipal de Meio Ambiente e sobre o Sistema Municipal de Meio Ambiente - SISMMAM e dá outras providências.
		Lei Complementar Nº 29, de 14 de Junho de 1996 - Institui o Código Municipal do Meio Ambiente
“Bolsa Floresta”	AM	PAGIOLA, Stefano; VON GLEHN, H. Carrascosa; TAFFARELLO, D. Experiências de pagamentos por serviços ambientais no Brasil. São Paulo: SMA/CBRN, p. 274, 2013.
		Lei Complementar nº 53 de junho de 2007 - Regulamenta o inciso V do artigo 230 e o § 1.º do artigo 231 da Constituição Estadual, institui o Sistema Estadual de Unidades de Conservação - SEUC, dispendo sobre infrações e penalidades e estabelecendo outras providências.
		Lei Estadual N.º 3.184, de 13 de novembro de 2007 - Altera, na forma que especifica, a Lei nº 3.135, de 05 de junho de 2007, e dá outras providências.
		Lei Estadual N.º 3.135, de 05 de junho de 2007 - Institui a Política Estadual sobre Mudanças Climáticas, Conservação Ambiental e Desenvolvimento Sustentável do Amazonas, e estabelece outras providências.
		Decreto Estadual Nº 26.958, de 4 de setembro de 2007 - Institui o Programa bolsa Floresta do Governo do Estado do Amazonas, na forma que especifica, e da outras providências.

Tabela: (cont.)

Palavras-Chave	UF	Bibliografia Consultada
“Bolsa Floresta”	AM	<p>Santos, P. <i>et al.</i> <i>Marco regulatório sobre pagamento por serviços ambientais no Brasil</i>. Centro de Estudos em Sustentabilidade da EAESP, 2012.</p> <p>Viana, V. M. <i>et al.</i> Bolsa Floresta: um instrumento inovador para a promoção da saúde em comunidades tradicionais na Amazônia. <i>estudos avançados</i>, v. 22, n. 64, p. 143-153, 2008.</p> <p>Viana, V. M. Bolsa Floresta e Bolsa Verde: semelhanças, diferenças e desafios. <i>Fundação Amazônia Sustentável, Junho</i>, 2011.</p> <p>Viana, V. M. Resultados da Fundação Amazonas Sustentável (FAS). <i>Fundação Amazônia Sustentável, Junho</i>, 2013.</p>
“Produtor de Água na Bacia do Ribeirão Pipiripau”	DF/ GO	<p>Edital n.º 01/2012 – PAGAMENTO POR SERVIÇOS AMBIENTAIS A PRODUTORES RURAIS DA BACIA DO PIPIRIPAU</p> <p>Edital n.º 01/2017 – PAGAMENTO POR SERVIÇOS AMBIENTAIS A PRODUTORES RURAIS DA BACIA DO PIPIRIPAU</p>
“Promata AMAJF” “Promata Amanhágua” “Promata 4 Cantos do Mundo” “Promata Carlos Chagas” “Promata Itabira”	MG	<p>SEMAD, Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável; IEF, Instituto Estadual de Florestas. Projeto de Proteção da Mata Atlântica em Minas Gerais. Cooperação Financeira Alemanha/Brasil. Belo Horizonte, Minas Gerais. 2008.</p> <p>Lei Estadual Nº 17.727, de 13 de agosto de 2008 - Dispõe sobre a concessão de incentivo financeiro a proprietários e posseiros rurais, sob a denominação de Bolsa Verde, para os fins que especifica, e altera as Leis nº 13.199, de 29 de janeiro de 1999, que dispõe sobre a Política Estadual de Recursos Hídricos, e 14.309, de 19 de junho de 2002, que dispõe sobre as políticas florestal e de proteção à biodiversidade no Estado.</p> <p>Decreto Estadual Nº 45.113 de 05 de junho de 2009 - Estabelece normas para a concessão de incentivo financeiro a proprietários e posseiros rurais, sob a denominação de Bolsa Verde, de que trata a Lei nº 17.727, de 13 de agosto de 2008.</p>
“Bolsa Verde” “PSA Entorno RPPN Feliciano Abdala” “Ribeirão do Boi Sustentável”	MG	<p>SISEMA, Sistema Estadual do Meio Ambiente e Recursos Hídricos; IEF, Instituto Estadual de Florestas. <i>Bolsa Verde: Manual de Princípios, Critérios e Procedimentos para a Implantação da Lei N. 17.727 de 13 de Agosto de 2008</i> Minas Gerais. Belo Horizonte, Minas Gerais. 2011.</p> <p>Lei Estadual nº 17.727, de 13 de agosto de 2008 - Dispõe sobre a concessão de incentivo financeiro a proprietários e posseiros rurais, sob a denominação de Bolsa Verde, para os fins que especifica, e altera as Leis nº s 13.199, de 29 de janeiro de 1999, que dispõe sobre a Política Estadual de Recursos Hídricos, e 14.309, de 19 de junho de 2002, que dispõe sobre as políticas florestal e de proteção à biodiversidade no Estado.</p> <p>Decreto Estadual 45.113, de 05 de junho de 2009 - Estabelece normas para a concessão de incentivo financeiro a proprietários e posseiros rurais, sob a denominação de Bolsa Verde, de que trata a Lei nº 17.727, de 13 de agosto de 2008.</p>
“Bolsa Verde” “PSA Entorno RPPN Feliciano Abdala” “Ribeirão do Boi Sustentável”	MG	<p>Pagiola, S.; Von Glehn, H. Carrascosa; Taffarello, D. <i>Experiências de pagamentos por serviços ambientais no Brasil</i>. São Paulo: SMA/CBRN, p. 274, 2013.</p> <p>Pinto, A. C. <i>et al.</i> A política de pagamentos por serviços ecossistêmicos (PSE): o caso do programa bolsa verde em Minas Gerais (2010-2011). 2012.</p> <p>De Oliveira, A. C. C. <i>et al.</i> Histórico e implementação de sistemas de Pagamentos por Serviços Ambientais no Estado de Minas Gerais. <i>Sustentabilidade em Debate</i>, 4 (1), 139-159, 2013.</p>

Tabela: (cont.)

Palavras-Chave	UF	Bibliografia Consultada
“Produtor de Água Rio Branco” “Programa de Certificação de Unidades Produtivas Familiares do Estado do Acre”	AC	<p>Marco regulatório sobre pagamento por serviços ambientais no Brasil / Organização de Priscilla Santos; Brenda Brito; Fernanda Maschietto; Guarany Osório; Mário Monzoni. – Belém, PA: AMAZON; FGV. CVces, 2012.</p> <p>Lei nº 2.025 de 20/10/2008 - Programa Estadual de Certificação de Unidades Produtivas Familiares do Estado do Acre.</p>
“Produtor de Água na Bacia do Ribeirão João Leite”	GO	<p>Lei Estadual N° 12.651, de 25 de maio de 2012 - Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; e dá outras providências.</p> <p>Decreto nº 8.672, de 15 de Junho de 2016 - Regulamenta o art. 70 da Lei nº 18.104, de 18 de julho de 2013, cria o Programa Estadual de Pagamento por Serviços Ambientais – PEPSA e dá outras providências.</p> <p>Edital de Chamamento Público para Credenciamento nº 01/2015 - Processo N° 3176/2014 - Pagamento por Serviços Ambientais a Produtores Rurais localizados na Bacia Hidrográfica do Ribeirão João Leite, nos Municípios de Nerópolis e Ouro Verde, Estado de Goiás.</p>
“Programa Manancial Vivo” “Produtor de Água no Guariroba”	MS	<p>Edital N. 01/2015 - Programa Manancial Vivo – PMV - Regras para o credenciamento de proprietários rurais visando a seleção de propostas destinadas à conservação de solo, água e florestas e ao recebimento de pagamento por serviços ambientais no município de Campo Grande, Estado do Mato Grosso do Sul.</p> <p>Relatório Programa Manancial Vivo - Aspectos conceituais, metodológicos e resultados obtidos entre os anos de 2009 – 2011.</p> <p>Lei Estadual N° 2.406, de 29 de janeiro de 2002 - Institui a Política Estadual dos Recursos Hídricos, cria o Sistema Estadual de Gerenciamento dos Recursos Hídricos e dá outras providências.</p>
“Produtor de Água Bacia PCJ”	SP	<p>Produtor de Água no PCJ - Pagamento por Serviços Ambientais lições aprendidas e próximos passos. 1ª Edição. São Paulo - SP, 2015.</p> <p>Chaves, H. M. L. <i>et al.</i> Quantificação dos Benefícios Ambientais e Compensações Financeiras do “Programa do Produtor de Água”(ANA): I. Teoria. Revista Bras. de Recursos Hídricos, 9 (3), 5-14, 2004.</p> <p>Chaves, H. M. L. <i>et al.</i> Quantificação dos benefícios ambientais e compensações financeiras do “programa do produtor de água” (ANA): II. Aplicação. Revista Bras. Rec. Hídricos, v. 9, 2004.</p> <p>Deliberação Conjunta dos comitês PCJ nº 51/2006</p>
“Projeto Oásis Apucarana” (1º fase do programa)	PR	<p>Lei Municipal N° 058 de 18 de março de 2009 - Dispõe sobre a criação no Município de Apucarana, do “Projeto Oásis”, autoriza o Executivo Municipal a prestar apoio técnico e financeiro aos proprietários rurais, conforme específica e dá outras providências.</p> <p>Decreto Municipal N° 107 de 23 de março de 2009 - Regulamenta a Lei Municipal nº 058/09, de 18/03/2009, que dispõe sobre a criação do Projeto Oásis, e autoriza o Executivo Municipal a prestar apoio técnico e financeiro aos proprietários rurais e dá outras providências.</p> <p>Instrução Técnica nº 01 de 03 de junho de 2009.</p> <p>Young, C. E. F.; De Bakker, L. B. Payments for ecosystem services from watershed protection: A methodological assessment of the Oasis Project in Brazil. Natureza & Conservação, 12 (1), 71-78, 2014.</p>

Tabela: (cont.)

Palavras-Chave	UF	Bibliografia Consultada
“Programa Agente Ambiental” “Instituto Xopotó - Nascentes do Rio Doce – Brás Pires”	MG	<p>Silva, L. D. R. Pagamentos por serviços ambientais em municípios do estado de Minas Gerais: potencial de disseminação de projetos e programas de PSA. 2015.</p> <p>Vilar, M. B. <i>et al.</i> Valoração ambiental de propriedades rurais de municípios da Bacia Hidrográfica do Rio Xopotó, MG. 2010.</p>
“ProdutorES de Água Bacia Benevente” “ProdutorES de Água Bacia do Rio Guandu” “ProdutorES de Água Bacia do Rio São José”	ES	<p>Pagiola, S.; Von Glehn, H. Carrascosa; Taffarello, D. Experiências de pagamentos por serviços ambientais no Brasil. São Paulo: SMA/CBRN, p. 274, 2013.</p> <p>Lei Estadual nº 8.960 18 de julho de 2008 - Dispõe sobre a criação do Fundo Estadual de Recursos Hídricos do Espírito Santo - FUNDÁGUA.</p> <p>Lei Estadual nº 8.995 de 22 de setembro de 2008 - Institui o Programa de Pagamento por Serviços Ambientais - PSA e dá outras providências</p> <p>Decreto Estadual nº 2168-R de 09 de dezembro de 2008 - Aprova o regulamento da Lei 8995 de 22 de setembro de 2008, que dispõe sobre o Programa de Pagamento por Serviços Ambientais PSA.</p> <p>Lei Estadual nº 9.607 de 27 de dezembro de 2010 - Altera e acrescenta dispositivos na Lei nº 8.995, de 22.09.2008, que institui o Programa de Pagamento por Serviços Ambientais - PSA.</p> <p>Portaria SEAMA nº 15-R de 23 de setembro de 2009</p>
“Florestas para a Vida”	ES	Sossai, M. F. <i>et al.</i> O Projeto Florestas para a Vida em Espírito Santo, Brasil. 2012.
“Produtores de Águas e Florestas Bacia Guandu” “Produtores de água e de Floresta - Rio Claro - Sistema Guandu” “Produtores de Água Bacia Guandu” “Programa PRO-PSA na Região Hidrográfica do Guandu” “Programa Produtor de Água e Floresta de Rio Claro” “PRO-PSA-Guandu” “PAF Guandu”	RJ	<p>Bernardo, K. T. Avaliação da efetividade de esquemas de pagamentos por serviços ambientais hídricos: proposta metodológica. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.</p> <p>Pagiola, S.; Von Glehn, H. C.; TAFFARELLO, D. Experiências de pagamentos por serviços ambientais no Brasil. São Paulo: SMA/CBRN, p. 274, 2013.</p> <p>AGEVAP, Associação Pró-Gestão das Águas da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul. Produtores de Água e Floresta Guandu - RJ. Manual de Orientação ao Proponente de Prestação de Serviços Ambientais Nº 01/12.</p> <p>Lei Municipal Nº 514, de 29 de dezembro de 2010 - Cria o projeto Produtor de Águas e Florestas, autoriza o executivo a prestar apoio financeiro aos proprietários de RPPN's e dá outras providências. Rio Claro: Câmara Municipal, 2010.</p> <p>Decreto Municipal Nº 931, de 01 de julho de 2011 - Regulamenta a Lei Municipal nº 514, de 29 de dezembro de 2010, e dá outras providências. Rio Claro: Câmara Municipal, 2011.</p>

Tabela: (cont.)

Palavras-Chave	UF	Bibliografia Consultada
“PSA Consórcio Intermunicipal Lagos São João” “PSA FUNBOAS”	RJ	<p>Resolução N° 023 de 21 de agosto de 2009 - Dispõe sobre a Regulamentação da resolução n.º13 de 04 de setembro de 2007 que aprovou a criação do FUNDO DE BOAS PRÁTICAS SOCIOAMBIENTAIS EM MICROBACIAS e dá outras providências.</p> <p>Resolução N° 013 de 04 de setembro de 2007 - Aprova a criação do FUNDO DE BOAS PRÁTICAS SOCIOAMBIENTAIS EM MICROBACIAS e seu regulamento.</p> <p>FULGENCIO, Lívia Goulart. Programas de pagamento por serviços ambientais na gestão dos recursos hídricos: a experiência do FUNBOAS na bacia Lagos São João - RJ. 2012. 152 f.</p>
“Produtores de Água Bacia do Rio Macaé” “Produtor de Água de Nova Friburgo”	RJ	<p>Resolução CBH-Macaé e das Ostras N° 30 de 20 de março de 2012 – Dispõe sobre a criação do Programa de Pagamento por Serviços Ambientais</p> <p>Resolução CBH-Macaé e das Ostras N°49 de 19 de novembro de 2013 – Aprova a regulamentação do Programa de Pagamento por Serviços Ambientais</p> <p>Resolução CBH-Macaé e das Ostras N° 69 de 21 de novembro de 2016 - Altera a Resolução N° 49/2013</p>
“Produtor de Água Guaratinguetá” “Corredores do Vale do Guaratinguetá”	SP	<p>Chamamento Público Edital PSA N°. 01/2011 - Pagamento por Serviços Ambientais a proprietários rurais da Bacia Hidrográfica do Ribeirão Guaratinguetá - SP.</p> <p>Lei Municipal N° 4.252 de 11 de novembro de 2010 - Institui o Programa de Incentivo à proteção da Qualidade e Disponibilidade de Água na Bacia Hidrográfica do Ribeirão Guaratinguetá - Produtor de Água.</p> <p>Decreto Municipal N° 7.484 de 2011 - Regulamenta a Lei N° 4.252, de 11 de Novembro de 2.010, que cria o Programa Produtor de Água.</p>
“PSA Santa Catarina” “Projeto Águas@SC” (1ª fase do programa)	SC	<p>Lei Estadual N° 15.133, de 19 de janeiro de 2010 - Institui a Política Estadual de Serviços Ambientais e regulamenta o Programa Estadual de Pagamento por Serviços Ambientais no Estado de Santa Catarina, instituído pela Lei nº 14.675, de 2009, e estabelece outras providências.</p> <p>Lei Estadual N° 16.290, de 20 de dezembro de 2013 - Altera a Lei nº 15.133, de 2010, que institui a Política Estadual de Serviços Ambientais e regulamenta o Programa Estadual de Pagamento por Serviços Ambientais no Estado de Santa Catarina, instituído pela Lei nº 14.675, de 2009, e estabelece outras providências.</p>
“Projeto Taquarussu: uma fonte de vida” “Produtor de água” “Oásis - Bacia do Ribeirão Taquarussu”	TO	<p>Edital nº 01/2013 Pagamento por Serviços Ambientais a produtores rurais - Projeto Taquarussu: uma fonte de vida.</p> <p>Lei Estadual N° 1.917/2008 - Institui a Política Estadual sobre Mudanças Climáticas, Conservação Ambiental e Desenvolvimento Sustentável do Tocantins. Tocantins.</p> <p>Portaria SEMADES nº 40/2014</p>
“Projeto Oásis Apucarana” (2º fase do projeto)	PR	<p>Lei Municipal nº 241 de 30 de dezembro de 2009 - Altera a Lei Municipal nº 058/09, de 18/03/2009, que dispõe sobre a criação no Município de Apucarana, do Projeto Oásis, como específica e dá outras providências.</p> <p>Decreto Municipal nº. 076 25 de março de 2010 - Estabelece os valores a serem pagos aos Proprietários dos Imóveis Rurais e Urbanos que se enquadrem no Programa do Projeto Oásis no Município de Apucarana, instituído pela Lei nº. 058/2009, de 18/03/2009, alterada pela Lei nº 241/2009, de 30 de dezembro de 2009, conforme específica.</p> <p>Young, C. E. F.; De Bakker, L. B. Payments for ecosystem services from watershed protection: A methodological assessment of the Oasis Project in Brazil. <i>Natureza & Conservação</i>, 12 (1), 71-78, 2014.</p>

Tabela: (cont.)

Palavras-Chave	UF	Bibliografia Consultada
“Desenvolvimento Rural Sustentável na Bacia do Rio Santo Antônio” “Instituto BioAtlântica-IBIO”	MG	Silva, L. D. R. Pagamentos por serviços ambientais em municípios do estado de Minas Gerais: potencial de disseminação de projetos e programas de PSA. 2015.
“Comitê de Bacias Hidrográficas Sorocaba e Médio-Tietê”	SP	Rosa, F. S. <i>et al.</i> Pagamento por serviços ambientais e a proteção de recursos hídricos no contexto socioeconômico ambiental da microbacia do ribeirão do Murundu, Ibiúna-SP: uma análise diante do projeto piloto “Mina d’ Água”. <i>Estudos Sociedade e Agricultura</i> , v. 4, 2013. Resolução Estadual SMA N° 123, de 24 de dezembro de 2010 - Define as diretrizes para a execução do Projeto Mina D’água - Projeto de Pagamento por Serviços Ambientais, na modalidade proteção de nascentes, no âmbito do Programa de Remanescentes Florestais, e revoga a Resolução SMA nº 61, de 24 de junho de 2010.
“Produtor de Água do Rio Vermelho” “Oásis São Bento do Sul: Produtor de Água do Rio Vermelho” “Consórcio Intermunicipal Quiriri - São Bento do Sul, Rio Negrinho, Corupá e Campo Alegre”	SC	Lei Municipal nº 2677, de 24 de novembro de 2010 - Institui a Política Municipal dos Serviços Ambientais, o Programa Municipal de Pagamento por Serviços Ambientais, estabelece formas de controle e financiamento desse programa, e dá outras providências. Decreto Municipal nº 634 , de 22 de março de 2011 - Regulamenta a Lei Municipal N° 2677, de 24 de novembro de 2010. Programa de Pagamento por Serviços Ambientais “Produtor De Água Do Rio Vermelho”. São Bento do Sul, 2010. Cordeiro, E. Pagamentos de serviços ambientais: a experiência do Programa Produtor de Água do Rio Vermelho, em São Bento do Sul/SC.
“Protetor das Águas” “Protetor das Águas Santa Cruz do Sul”	RS	Contrato de Adesão ao Programa Protetor das Águas de Vera Cruz Decreto Municipal N° 5.370, de 16 de novembro de 2016 - Aprova o regulamento do Fundo Municipal de Pagamento por Serviços Ambientais (FMPSA) no Município de Vera Cruz, instituído pela Lei nº 4.264, de 01 de dezembro de 2015. Lei Municipal N° 4.195, de 16 de junho de 2015 - Dá nova redação ao Art. 2o, da Lei n.º 376, de 13 de julho de 1976, e dá outras providências. Lei Municipal N° 4.264, de 01 de dezembro de 2015 - Institui a Política Municipal de Pagamento por Serviços Ambientais, cria o Programa Municipal de Pagamento por Serviços Ambientais e o Fundo Municipal de Pagamento por Serviços Ambientais e dá outras providências.
“Cercar para não Secar”	MG	Lei Municipal N° 622 de 24 outubro de 2005 - Dispõe sobre a legislação ambiental do Município de São Gonçalo do Rio Abaixo e dá outras providências. Decreto Municipal N° 083 de 03 de março de 2011 - Regulamenta o artigo 44 da Lei 622 de 24 de outubro de 2005, que dispõe sobre a legislação ambiental do Município de São Gonçalo do Rio Abaixo. Prefeitura Municipal de São Gonçalo do Rio Abaixo - MG. Secretaria Municipal de Meio Ambiente. Projeto Cercar Para Não Secar

Tabela: (cont.)

Palavras-Chave	UF	Bibliografia Consultada
“Produtores de Água do Rio Verde”	GO	<p>Decreto Municipal N° 1.656, de 22 de junho de 2017 - Considera inexigível a realização de chamamento para celebração de Termo de Fomento.</p> <p>Lei Municipal N° 6.290, de 23 de agosto de 2013 - Altera a Lei n. 6.033/2011, que cria o Programa Produtor de Águas.</p> <p>Lei Municipal N° 6.033, de 28 de outubro de 2011 - Cria o Programa Produtor de Água</p> <p>Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico Sustentável e Trabalho. Projeto Programa Produtores de Água do Rio Verde. Rio Verde, GO. 2013.</p>
“Programa Bolsa Verde”	BR	<p>Viana, V. M. Bolsa Floresta e Bolsa Verde: semelhanças, diferenças e desafios. <i>Fundação Amazônia Sustentável</i>, Junho, 2011.</p> <p>Santos, P. et al. <i>Marco regulatório sobre pagamento por serviços ambientais no Brasil</i>. Centro de Estudos em Sustentabilidade da EAESP, 2012.</p> <p>Lei Federal N° 12.512, de 14 de outubro de 2011 - Institui o Programa de Apoio à Conservação Ambiental e o Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais; altera as Leis n°s 10.696, de 2 de julho de 2003, 10.836, de 9 de janeiro de 2004, e 11.326, de 24 de julho de 2006.</p> <p>Decreto Federal N° 7.572, de 28 de setembro de 2011 - Regulamenta dispositivos da Medida Provisória nº 535, de 2 de junho de 2011, que tratam do Programa de Apoio à Conservação Ambiental - Programa Bolsa Verde.</p>
“Projeto Oásis – Brumadinho”	MG	AMDA, Associação Mineira de Defesa do Meio Ambiente. Roteiro metodológico para análise multicritério na definição de áreas prioritárias de atuação do Projeto Oásis Brumadinho, através do Sistema de Informações Geográficas. Belo Horizonte, 2012.
“Projeto Mina D’Água em São Luiz do Paraitinga” “PSA em São Luiz do Paraitinga - Mina d’água”	SP	Edital N° 68/2013 - Chamada Pública N°05/2013 - Processo Administrativo N° 284 - Programa Municipal de Pagamento por Serviços Ambientais Projeto Mina D’água.
“Projeto PSA Água Vale do Paraíba”	SP	OIKOS, Instituto Oikos de Agroecologia. Projeto PSA Água Vale do Paraíba. "Programa de Pagamento por Serviços Ambientais para os Mananciais de Abastecimento Público do Trecho Paulista da Bacia do Paraíba do Sul". Lorena, São Paulo. 2015.
“Produtor de Água Votuporanga” “Projeto PSA Vida ao Marinheiro”	SP	<p>Edital de Chamada Pública N° 003/2013 - Processo N° 418/2013 - Programa Municipal do Município de Votuporanga de Pagamento por Serviços Ambientais Projeto Mina D’água.</p> <p>Resolução SMA N° 123, de 24 de dezembro de 2010 - Define as diretrizes para a execução do Projeto Mina D’água - Projeto de Pagamento por Serviços Ambientais, na modalidade proteção de nascentes, no âmbito do Programa de Remanescentes Florestais, e revoga a Resolução SMA nº 61, de 24 de junho de 2010.</p> <p>Rodella, S. N.; Alves, T. G. <i>Programa Vida ao Marinheiro Recuperação de Áreas Degradadas Votuporanga-SP</i>.</p> <p>Von Glehn, H. C. et al. <i>O Projeto Mina d’Água em São Paulo, Brasil</i>. 2012.</p> <p>Resolução Estadual SMA N° 123, de 24 de dezembro de 2010 - Define as diretrizes para a execução do Projeto Mina D’água - Projeto de Pagamento por Serviços Ambientais, na modalidade proteção de nascentes, no âmbito do Programa de Remanescentes Florestais, e revoga a Resolução SMA nº 61, de 24 de junho de 2010.</p>

Tabela: (cont.)

Palavras-Chave	UF	Bibliografia Consultada
“Produtor de Água do Rio Camboriú”	SC	<p>Dacol, K. C.. Pagamento por Serviços Ambientais: Critérios de Valoração do Projeto Produtor de Água do Rio Camboriú / Kelli Cristina Dacol. Curitiba. Centro de Ciências Exatas e Tecnologia CCET - Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUC-PR, 46 p., 2011.</p> <p>São Paulo (Estado). Secretaria do Meio Ambiente / Coordenadoria de Biodiversidade e Recursos Naturais. Experiências de pagamentos por serviços ambientais no Brasil. Organização Stefano Pagiola; Helena Carrascosa von Glehn; Denise Taffarello. São Paulo : SMA/CBRN, 2013.</p> <p>Antunes, P. P. <i>et al.</i> Pagamento por serviços ambientais: o projeto produtor de água na Bacia Hidrográfica do Rio Camboriú como instrumento de conservação ambiental no município de Camboriú, SC. 2014.</p> <p>Estado de Santa Catarina Empresa Municipal de Água e Saneamento de Balneário Camboriú - EMASA Edital de Chamamento Público N° 01/2018 - Projeto Produtor de Águas do Rio Camboriú</p> <p>Lei Municipal N° 3026, de 26 de novembro de 2009 - Cria o Projeto Produtor de Água, autoriza a empresa municipal de água e saneamento - EMASA a prestar apoio financeiro aos proprietários rurais e dá outras providências.</p> <p>Decreto Municipal N° 6121, de 16 de maio de 2011 - Regulamenta a Lei nº 3026 de 26 de novembro de 2.009, que versa sobre a criação do Projeto Produtor de Água, autoriza a empresa municipal de água e saneamento - EMASA a prestar apoio financeiro aos proprietários rurais e dá outras providências.</p>
“Reflorestar”	ES	<p>Lei Estadual nº 9864 de 26 de junho de 2012 - Dispõe sobre a reformulação do Programa de Pagamento por Serviços Ambientais - PSA no Estado, instituído pela Lei nº 8.995, de 22.09.2008, e dá outras providências.</p> <p>Decreto Estadual nº 3182-R de 20 de dezembro de 2012 - Aprova o regulamento da Lei 9.864/2012, que dispõe sobre o Programa de Pagamento por Serviços Ambientais - PSA.</p> <p>Portaria SEAMA N° 20-R de 17 de maio de 2013</p> <p>Portaria SEAMA N° 51-R de 11 de novembro de 2013</p>
“Oásis Bonito: Produtores de Biodiversidade” “Projeto Produtores da Biodiversidade do Rio Formoso”	MS	<p>Lei Estadual nº 5.235, de 16 de julho de 2018 – Institui a Política Estadual de Preservação dos Serviços Ambientais, cria o Programa Estadual de Pagamento por Serviços Ambientais (PESA), e estabelece um Sistema de Gestão deste Programa.</p> <p>Decreto Estadual nº 15.323, de 4 de dezembro de 2019 - Dispõe sobre o Comitê Gestor e Regulador do Programa Estadual de Pagamento por Serviços Ambientais, criado pela Lei nº 5.235/2018, institui o Cadastro dos Programas e dos Subprogramas de Prestação de Serviços Ambientais (PSA), dispõe sobre a emissão do Certificado de Serviços Ambientais (CSA), e dá outras providências.</p>
“Manancial Vivo”	PR	<p>Pagamento por Serviços Ambientais como mecanismo para a conservação da biodiversidade e dos recursos hídricos em Piraquara, Paraná. In: Seminário Internacional Cidades e Bem-Estar Humano. Curitiba, 2016.</p> <p>Lei Municipal nº 1405 de novembro de 2014. Institui o Programa Municipal de Pagamento por Serviços Ambientais e dá outras providências.</p> <p>Decreto Municipal nº 4808 de 13 de janeiro de 2016 - Regulamenta a Lei Nº 1405/2014, que instituiu o Programa Municipal de Pagamento por Serviços Ambientais e dá outras providências</p>

Tabela: (cont.)

Palavras-Chave	UF	Bibliografia Consultada
“Crédito Ambiental Paulista RPPN” “CAP – RPPN”	SP	<p>Resolução SMA Nº 89, de 18 de setembro de 2013 - Institui as diretrizes para a execução do Projeto de Pagamento por Serviços Ambientais para as Reservas Particulares do Patrimônio Natural - RPPN, no âmbito do Programa de Remanescentes Florestais.</p> <p>Edital de Chamada Pública nº 01/2013/CAP/RPPN - Pagamento por Serviços Ambientais para a conservação da biodiversidade paulista nas Reservas Particulares do Patrimônio Natural – Crédito Ambiental Paulista RPPN (CAP/RPPN).</p>
“Produtor Sustentável”	SP	Não identificado
“Produtor de Água Córrego Feio”	MG	Em desenvolvimento
“Produtor de Água Ribeirão Candidópolis”	MG	Contrato de Prestação de Serviço Nº 05/2014 - Ato Convocatório Nº 28/2013 - Contrato de Gestão Nº 001/IGAM/2011 - Elaboração de Diagnósticos Socioambientais e Valorização Econômica do Serviço Ambiental, a ser pago aos produtores rurais na Bacia do Ribeirão Candidópolis - Relatório Técnico Produto 5 – Relatório Parcial 5 - Ações de Conservação de Solo e Água e Cálculos da Valorização Econômica dos Serviços Ambientais, Viçosa-MG. Dezembro, 2014.
“Ecocrédito - Pouso Alegre”	MG	Projeto de Lei Municipal Nº 656 de 08 de setembro de 2014 - Estabelece a Política e normas para o ECOCRÉDITO no município de Pouso Alegre e dá outras providencias.
“PSA Queima Pé” “PSA Tangará da Serra”	MT	<p>Lei Complementar Nº198, de 17 de outubro de 2014 - Dispõe sobre a criação do Fundo Especial para recuperação das Bacias Hidrográficas do Município de Tangará da Serra e dá outras Providências.</p> <p>Lei Municipal Nº 4740, de 26 de janeiro de 2017 - Dispõe sobre o Programa "Adote Uma Nascente" no município de Tangará da Serra e dá outras providências.</p> <p>Decreto Municipal Nº 132, de 25 de abril de 2016 - Regulamenta a Lei nº 4.200, de 17 de abril de 2014, que dispõe sobre a criação do Projeto de Pagamentos por Serviços Ambientais no município de Tangara da Serra, Mato Grosso.</p> <p>Lei Municipal Nº 4200, de 17 de abril de 2014 - Dispõe sobre a criação do Projeto de Pagamentos por Serviços Ambientais no Município de Tangará da Serra, Mato Grosso.</p> <p>Edital de Licitação Processo Administrativo Nº. 034/2016/SAMAE - CHAMADA PÚBLICA Nº 002/2016/SAMAE. Credenciamento de pessoas físicas ou jurídicas na qualidade de produtores rurais para o PSA (Pagamento por Serviços Ambientais) que serão realizados nas propriedades rurais localizadas na área do Projeto do Queima Pé.</p>
“Preservar para não Secar”	MG	<p>Edital de Convocação Nº 01/2014 - Prefeitura Municipal de Itabira convoca os interessados, abre o prazo para recebimento de propostas no âmbito do Programa PRESERVAR PARA NÃO SECAR e dá outras providências.</p> <p>Decreto Municipal Nº 1.802, de 24 de fevereiro de 2014 - Regulamenta o art. 44 da Lei n. 3.761, de 4 de fevereiro de 2003, que "Amplia e consolida a legislação ambiental do Município de Itabira e da outras providências" .</p> <p>Silva, L. D. R. Pagamentos por serviços ambientais em municípios do estado de Minas Gerais: potencial de disseminação de projetos e programas de PSA. 2015.</p>

Tabela: (cont.)

Palavras-Chave	UF	Bibliografia Consultada
“PSA Água Bacia Paraíba do Sul” “Programa PSA-Hídrico Ceivap - Rio Paraíba do Sul - Microbacia do Rio Bananal”	SP, RJ, MG	AGEVAP, Associação Pró-Gestão das Águas da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul. Programa de Pagamento por Serviço Ambiental com Foco em Recursos Hídricos - PSA Hídrico. 2013.
		AGEVAP, Associação Pró-Gestão das Águas da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul. Edital de PSA Hídrico. 2013.
		Projeto de Lei 2014 - Cria o Programa Pagamento por Serviços Ambientais, autoriza o Poder Executivo prestar apoio financeiro a proprietários rurais e dá outras providências.
		Edital de Chamamento Público Nº 01/2016 - Pagamento por Serviços Ambientais a Proprietários Rurais da Micro Bacia Hidrográfica do Rio Bananal Barra Mansa.
		OIKOS, Instituto Oikos de Agroecologia. Projeto PSA Água Vale do Paraíba. "Programa de Pagamento por Serviços Ambientais para os Mananciais de Abastecimento Público do Trecho Paulista da Bacia do Paraíba do Sul". Lorena, São Paulo. 2015.
“Guardião dos Igarapés”	MT	Instrução Normativa SEMA nº 01 de 23 de julho de 2015 - Nomeia os membros da Unidade Gestora do Projeto Guardião dos Igarapés e dá outras providências.
		Lei Municipal Nº 1.672 de 14 de outubro de 2014 - Cria o Projeto Guardião dos Igarapés, autoriza o executivo a prestar apoio financeiro aos proprietários rurais e dá outras providências.
		Decreto Municipal Nº 1.849 de 13 de julho de 2015 - Regulamenta a Lei nº 1.672/2014 que cria o projeto Guardião dos Igarapés, autoriza o executivo a prestar apoio financeiro aos proprietários rurais e dá outras providências.
		Secretaria Municipal de Meio Ambiente do município de Igarapé. Projeto Básico Programa de Produção e Conservação das Águas. Igarapé, MG. 2014.
“Bioclima PSA ÁGUA”	PR	Decreto Nº 1591 DE 02/06/2015 - Regulamenta as normas da Lei Estadual nº 17.134, de 25 de abril de 2012, que instituiu o Pagamento por Serviços Ambientais e o Biocrédito no âmbito do Estado do Paraná.
		Lei 17134 - 25 de Abril de 2012 - Institui o Pagamento por Serviços Ambientais, em especial os prestados pela Conservação da Biodiversidade, integrante do Programa Bioclima Paraná, bem como dispõe sobre o Biocrédito.
“Bioclima PSA RPPN”	PR	Resolução SEMA nº 080 - 21 de Dezembro de 2015 - Institui diretrizes e normas para a execução de projetos de Pagamento por Serviços Ambientais destinados às Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPN) no Estado do Paraná
		Decreto Nº 1591 DE 02/06/2015 - Regulamenta as normas da Lei Estadual nº 17.134, de 25 de abril de 2012, que instituiu o Pagamento por Serviços Ambientais e o Biocrédito no âmbito do Estado do Paraná.
“Programa de PSA de Botucatu”	SP	Lei Complementar Nº 1153, de 7 de julho de 2015 - Institui o Programa de Pagamento por Serviços Ambientais - PSA, cria o Fundo Municipal de Pagamento por Serviços Ambientais - FMPSA, revoga a Lei Complementar Nº 1045, de 21 de maio de 2013 e dá outras providências.
		Lei Complementar Nº 1045, de 21 de maio de 2013 - Institui o Programa de Pagamento por Serviços Ambientais - PMPSA.

Tabela: (cont.)

Palavras-Chave	UF	Bibliografia Consultada
“Produtor de Água Pratigi” “Produtor de Água Ibirapitanga”	BA	<p>Edital de PSA Hídrico Nº 01/2016 - Chamada Pública para Seleção de propriedades rurais para participar do Projeto Produtor de Água Pratigi -Ibirapitanga.</p> <p>Decreto Municipal nº 030 de 04 de setembro de 2015 - Regulamenta as normas da Lei Municipal nº 864, de 16 de outubro de 2014, que instituiu o Política Municipal de Pagamento por Serviços Ambientais, cria o Programa Municipal de Pagamento por Serviços Ambientais e o Fundo Municipal de Pagamento por Serviços Ambientais.</p> <p>Lei Municipal nº 864 de 08 de outubro de 2014 - Institui a Política Municipal de Pagamento por Serviços Ambientais, cria o Programa Municipal de Pagamento por Serviços Ambientais e o Fundo Municipal de Pagamento por Serviços Ambientais e dá outras providências.</p>
“Mais Água de São José dos Campos” “Produtor de Água São Francisco Xavier”	SP	<p>Edital de Chamada Pública Nº 01/SEMEA/2015 para o recebimento de manifestação de interesse por parte de proprietários de áreas rurais localizadas na microbacia do Ribeirão das Couves com vistas à habilitação para o “Programa municipal de Pagamentos por Serviços Ambientais - PSA Ribeirão das Couves”.</p> <p>Lei Municipal nº 8703 de 21 de maio de 2012 - Institui o Programa Municipal de Pagamento por Serviços Ambientais, e dá outras Providências.</p> <p>Lei Municipal Nº 8905, de 21 de fevereiro de 2013 - Cria o fundo municipal de serviços ecossistêmicos - FMSE -, abre crédito adicional especial à secretaria de meio ambiente, e dá outras providências.</p> <p>Decreto Municipal nº 16.086 de 5 de setembro de 2014 - Regulamenta o Programa de Pagamento por Serviços Ambientais instituído pela Lei n. 8.703, de 21 de maio de 2012, na modalidade Conservador de Recursos Hídricos, e dá outras providências.</p>
“Produtor de Água no Rio Capivari”	MG	<p>Decreto Municipal Nº 6.934, de 3 de dezembro de 2.015 - Nomeia membros da Unidade de Gestão do Projeto “Produtor de Água no Rio Capivari” e dá outras providências.</p> <p>Decreto Municipal Nº 6.935, de 3 de dezembro de 2.015 - Aprova o regimento interno da Unidade de Gestão do Projeto – UGP “Produtor de Água no Rio Capivari” e dá outras providências.</p> <p>Edital de Chamamento Público para Credenciamento Nº 001/2018 - Pagamento por Serviços Ambientais a Proprietários Rurais “Programa Produtor De Água De Bom Despacho”.</p> <p>Prefeitura Municipal de Bom Despacho Estado de Minas Gerais. Secretaria de Meio Ambiente. Projeto Preservação e Recuperação do Solo e Recursos Hídricos do Rio Capivari, 2017.</p>
“Nascentes do São Francisco - O MP Salvando Rios”	SE	Não identificado
“PSA Santa Catarina” “Projeto Águas@SC” (2º fase do projeto)	SC	Governo do Estado de Santa Catarina - Secretaria De Estado Do Desenvolvimento Econômico Sustentável - Diretoria De Mudanças Climáticas - NOTA TÉCNICA - Subsídios para a alteração da Lei Estadual nº 15.133 de 2010, que estabelece a Política Estadual de Pagamento por Serviços Ambientais de Santa Catarina, 2017.
“PSA Bodoquena”	MS	Lei Municipal Complementar Nº 75 de 29 de agosto de 2017 - Dispõe sobre a criação da Política Municipal de Serviços Ambientais (PMSA) e institui o Programa de Pagamento por Serviços Ambientais (PMPSA) do Município de Bodoquena-MS.

Tabela: (cont.)

Palavras-Chave	UF	Bibliografia Consultada
“Produtor de Água na Microbacia do Córrego da Velha”	MG	<p>Decreto Municipal Nº. 2.317 de 06 de julho de 2017 - Altera o Decreto Nº 2.313 de 29 de junho de 2017 que regulamenta o Programa Produtor de Água instituído pela Lei Municipal Nº 2.396/2015 e dá outras providências.</p> <p>Decreto Municipal Nº. 2.313 de 29 de junho de 2017 - Regulamenta o Programa Produtor de Água instituído pela Lei Municipal nº 2.396/2015 e dá outras providências.</p> <p>Lei Municipal Nº 2.396DE 27 de novembro de 2015 - Institui o Programa Municipal de Pagamento por Serviços Ambientais, autoriza o poder executivo prestar apoio financeiro a proprietários rurais e dá outras providências.</p> <p>Edital de Chamamento Público Nº 001/2017, para o recebimento de manifestação de interesse por parte de proprietários de áreas rurais localizadas na Área de Preservação Ambiental (APA) da Bacia do Córrego da Velha, município de Luz, estado de Minas Gerais.</p>
“PSA Bacia do Corumbataí” “Preservando o Futuro”	SP	<p>Lei Municipal Nº 8.013, de 08 de outubro de 2014 - Autoriza o Município de Piracicaba a instituir o Programa Municipal de Pagamento por Serviços Ambientais aos Projetos de Proprietários Rurais, a estabelecer convênios com o Estado de São Paulo para a execução deste Programa e dá outras providências.</p> <p>Decreto Municipal Nº 17.218, de 19 de setembro de 2017 - Regulamenta a Lei nº 8.013/14 que autoriza o Município de Piracicaba a instituir o Programa Municipal de Pagamento por Serviços Ambientais aos Projetos de Proprietários Rurais, a estabelecer convênios com o Estado de São Paulo para a execução deste Programa e dá outras providências.</p>
“PSA Uruçuca”	BA	<p>Lei nº 577 de 15 de agosto de 2017 - Institui a Política Municipal de Pagamento por Serviços Ambientais, cria o Programa Municipal de Pagamento por Serviços Ambientais e o Fundo Municipal de Pagamento por Serviços Ambientais do Município de Uruçuca e dá outras providencias.</p> <p>Decreto Nº 416 de 28 de setembro de 2017 - Regulamenta as normas da Lei Municipal nº 577 de 15 de agosto de 2017, que instituiu a política Municipal de Pagamento Ambientais, cria o Programa Municipal de Serviços e Pagamento por Serviços Ambientais e o Fundo Municipal de Pagamento de Serviços Ambientais, do Município de Uruçuca-Bahia e dá outras providências.</p>